

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA Nº 2025.0912.00112-5

Contratação de pessoa jurídica (PJ) para fornecer insumos e serviços necessários à Requalificação Comercial de imóveis rurais localizados no município de Novo Repartimento atendidos pelo Programa Estadual de Pecuária Sustentável do Pará.

Responsável técnico:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)

Responsável financeiro:

Fundo da Amazônia Oriental (FAO)

1. OBJETIVO

Contratar serviço de pessoa jurídica (empresa especializada ou consórcio de empresas especializadas) para realização de todas as etapas do procedimento de Requalificação Comercial (elaborar laudos técnicos sobre áreas de desmatamento ilegal, realizar o isolamento das áreas identificadas, cadastrar e inserir as informações compiladas na plataforma de requalificação comercial habilitada) para até 100 imóveis rurais da agricultura familiar e/ou de pequenos produtores em Lotes de Assentamentos da Reforma Agrária (de até quatro módulos fiscais) que serão beneficiários do “**Bônus Desbloqueia Já**” no âmbito do Programa Estadual de Pecuária Sustentável do Pará.

2. CONTEXTO DO FINANCIAMENTO E ANTECEDENTES DA PROPOSTA

2.1. CONTEXTO DO FINANCIAMENTO

O Estado do Pará definiu estratégias próprias de implementação de políticas estaduais de combate ao desmatamento, incentivo à restauração e a produção sustentável e conservação ambiental ao lançar o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), como o principal instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento econômico sustentável e o combate ao desmatamento e está diretamente ligado à Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC). O PEAA está alinhado aos compromissos internacionais, dentre eles com a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do país.

Para o eixo de financiamento ambiental, uma estratégia pautada na parceria público e privada foi idealizada e prevê o fortalecimento das políticas públicas e das iniciativas sociais por meio de um fundo privado com governança pública, denominado Fundo Amazônia Oriental (FAO). Em 2021 o Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAS) publicou o Chamamento Público 001/2021, que selecionou o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) como gestor operacional e financeiro do FAO.

O FAO é um fundo multicarteira, baseado em 14 eixos de financiamento, que possui dois objetivos, quais sejam: a redução do desmatamento ilegal e de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no território paraense; e/ou cumprimento de metas previstas nas políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do estado do Pará.

Nesse contexto, o contrato objeto desta proposta será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO com recursos do Fundo Amazônia Oriental (FAO) a partir de solicitação feita pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAS) ao Conselho Gestor do FAO (CGFAO).

2.2. ANTECEDENTES DA PROPOSTA

No Pará, análises baseadas nos dados do SICAR (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural), do LAPIG (Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento), do ITERPA (Instituto de Terras do Pará) e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) indicam que mais de 90% dos CARs (Cadastrros Ambientais Rurais) com atividade pecuária correspondem a pequenos imóveis rurais — com até 4 módulos fiscais — ou a imóveis em Projetos de Assentamentos (PAs). Essas áreas concentram quase metade do rebanho bovino do estado, que totaliza cerca de 26 milhões de cabeças.

Os demais 10% dos imóveis rurais com atividade pecuária registrados são divididos entre propriedades médias, com 4 a 15 módulos fiscais, e grandes, com mais de 15 módulos fiscais. Entre esses, 70% dos bloqueios recaem sobre fornecedores indiretos, ou seja, pequenos imóveis que atuam como “criadores de bezerros” (Lagesa, 2021). Um fator preocupante é que, em 2022, no Pará, 39,51% do desmatamento ocorreu em áreas de assentamentos.

Em 2008, as principais empresas integrantes das cadeias produtivas da carne firmaram compromisso com o Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA), comprometendo-se a não adquirir matéria-prima proveniente de propriedades envolvidas com desmatamento ilegal. Em paralelo, as atuais ferramentas e mecanismos de controle da cadeia da pecuária vêm ampliando a identificação dos produtores indiretos (produtores das fases de cria e recria) em situação irregular. Este quadro é evidenciado quando se observa a permanência do desmatamento nas primeiras fases da produção, mesmo após 16 anos de TAC da Carne. Se esse cenário não houver mudanças, há grande risco de pequenos produtores permanecerem bloqueados e até mesmo excluídos da comercialização.

A pressão do mercado, o risco reputacional e o não cumprimento dos compromissos assumidos pelas indústrias, seja com o Ministério Público Federal (MPF) ou com o mercado comprador, têm ocasionado o escalonamento dos critérios e prazos para comercialização. Um exemplo disso é a União Europeia, que, por meio do EUDR (regulamento que proíbe a importação de commodities ou produtos associados ao desmatamento ou que não estejam de acordo com a legislação do país produtor), estabeleceu um prazo a partir de dezembro de 2026. Além disso, o setor privado, incluindo empresas como JBS e Frigor, também definiu datas-limite para 2025, exigindo que os produtores atendam a esses prazos, nos quais a prática do desmatamento ilegal não será mais tolerada. Diante desse contexto, torna-se imprescindível agir com rapidez e eficiência para reintegrar os pequenos produtores bloqueados, promovendo a Regularização Ambiental de suas propriedades.

2.2.1 Programa de requalificação comercial de áreas desmatadas ilegalmente

Em 10 de fevereiro de 2020, de forma a tornar mais efetivo e inclusivo os resultados do TAC, o MPF/PA celebrou um Termo de Cooperação Técnica com a Associação dos Criadores do Pará – ACRIPARÁ, com o intuito de implantar um **Programa de Requalificação de Áreas Desmatadas Ilegalmente**. Este Programa tem como objetivo simplificar o processo de desbloqueio de produtores que estejam inaptos para comercialização, pela ocorrência de sobreposição de polígonos de desmatamento (PRODES) pós 2008. Refere-se a um procedimento administrativo

simplificado que reabilita a propriedade que atualmente não atende aos critérios do TAC da Carne, possibilitando que a produção de matéria prima nela alcançada possa retornar ao mercado formal e legal, de forma mais rápida.

Dessa forma, é fundamental destacar a importância de um engajamento ágil por parte dos pequenos produtores. A partir de 2026, os frigoríficos da Amazônia, em razão de compromissos firmados com a cadeia produtiva e instituições financeiras, estarão autorizados a comercializar apenas animais provenientes de propriedades que **possuam Requalificação Comercial ou Regularização Ambiental**.

Assim, em 2022, de forma a recepcionar o **Programa de requalificação comercial de áreas desmatadas ilegalmente**, a SEMAS/PA, publicou a PORTARIA Nº 776, DE 28 DE ABRIL DE 2022 DOE Nº 34.951 de 29/04/2022, a qual disciplinou o credenciamento de empresas e a certificação para fins de requalificação comercial na Plataforma Selo Verde. A SEMAS, lançou edital para credenciamento de prestadores de serviço para emissão da **Declaração de Requalificação Comercial com validade de um ano, renovável por mais um ano**.

Com o objetivo de promover uma pecuária sustentável, que respeite a integridade ambiental e fundiária, o Estado do Pará instituiu, por meio do Decreto Estadual nº 3.533, de 27 de novembro de 2023, o **Programa de Pecuária Sustentável do Pará**. Este programa oferece os seguintes incentivos:

- I - Atendimento aos produtores rurais que busquem a requalificação comercial, mediante apoio aos agricultores familiares e de médio porte, para o cumprimento das obrigações decorrentes do Programa;
- II - Desenvolvimento e oferta de incentivos aos produtores que ingressarem no Sistema Oficial de Rastreabilidade Bovídea Individual do Pará (SRBIPA), visando ao aumento de produtividade, renda, priorização de regularização ambiental, fundiária e acesso a crédito;
- IV - Garantia da regularização fundiária e socioambiental relativa ao rebanho bovino do Estado do Pará.

Para apoiar os pequenos produtores a atenderem os passos da Requalificação Comercial, o Governo do Pará, através da SEMAS-PA, criou o **“Bônus Desbloqueia já”**.

2.2.2 Bônus Desbloqueia Já

É uma bonificação criada para oferecer aos pequenos produtores pecuaristas acesso a um procedimento administrativo simplificado e o financiamento total ou parcial do processo de Requalificação Comercial. Seu objetivo é desbloquear a propriedade que tem desmatamento ilegal e, por isso, não atendam aos critérios dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC da Carne).

Por meio do “Desbloqueia Já”, o produtor terá possibilidade de desbloquear seu imóvel e toda a produção nele produzida, podendo retornar ao mercado formal por meio de um processo rápido e técnico, aprovado pelo Ministério Público Federal, que faz parte da Requalificação Comercial.

Os detalhes da Requalificação Comercial constam de um Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o MPF e a Associação dos Criadores do Pará – ACRIPARÁ, em 2020.

3. CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Perfil dos imóveis beneficiários

Todos os imóveis elegíveis estão localizados no Assentamento Tuerê¹, no Município de Novo Repartimento – PA, e estão inscritos no Sistema de Cadastros Rurais – SICAR – PA.

Os imóveis a serem beneficiários serão selecionados atendendo aos seguintes critérios:

- Pequenos imóveis de até quatro módulos fiscais;
- Áreas com desmatamento identificado pelo PRODES superior a 6,25 hectares, representando até 30% da área total do imóvel (conforme cadastro no CAR);
- Com desmatamento realizado até 2020;
- Com até 100 cabeças por imóvel.

Além do atendimento aos critérios elencados, para realização de seleção prévia e definição dos imóveis beneficiários, a SEMAS poderá estabelecer outros critérios qualitativos baseados em sua atuação no território.

3.2. Escopo dos serviços

Esta proposta tem como principal objetivo fornecer insumos e serviços para auxiliar os produtores rurais no atendimento às demandas para a Requalificação Comercial de imóveis por meio do Bônus Desbloqueia Já. O Bônus será viabilizado para até 100 imóveis elegíveis em forma de serviços e insumos necessários para a Requalificação Comercial. Para isso, empresa contratada deverá entregar os seguintes serviços:

- Elaboração e apresentação de laudo técnico da área de PRODES após vistoria técnica²;
- Cotação, aquisição e entrega dos materiais necessários para a cerca (tradicional e/ou elétrica) conforme laudo técnico e preferência do produtor³;
- Instalação e Comprovação do isolamento da(s) área(s) de PRODES, de acordo com o Laudo Técnico;
- Recolhimento da taxa de manutenção e operação do sistema no valor de R\$ 50,00/ha de PRODES;
- Apresentação de comprovante de protocolo de pedido de análise e validação do SICAR da propriedade (conforme Requerimento Padrão da Semas/PA).

¹ **Projeto de Assentamento Tuerê** – Novo Repartimento – Pará: Fundado em 1987, o P.A. Tuerê foi o primeiro dos 32 assentamentos instalados no município de Novo Repartimento, no Estado do Pará. Esse se constitui um dos maiores assentamentos da América Latina, com área de 1.401 km², reunindo atualmente 2.492 famílias. As ações listadas neste Edital, visa atingir resultados e condições promissoras para o avanço das soluções propostas no Programa de Pecuária Sustentável do Estado. Permitirá projetar custos e demandas de criação de capacidades para a ampliação da escala da Requalificação Comercial para o resto do Estado do Pará.

² Estima-se que pelo menos 109,28 km lineares poderão ser isolados. A distribuição dos imóveis previamente estimados pela SEMAS compreende uma distância entre os dois imóveis potenciais de adesão mais distantes (os dois extremos) de 46 km. Portanto, todos os demais estão entre estes extremos.

³ Para os serviços contratados serão consideradas as seguintes alternativas de isolamento: somente Cerca Elétrica, combinação de Cerca Elétrica e Cerca Tradicional, e somente Cerca Tradicional. Alternativas mistas, adaptadas ao conjunto dos imóveis, serão vistas como um diferencial na apresentação da Proposta Técnica.

Serviços e insumos relacionados a (i) Manutenção da cerca, e (ii) reflorestamento da área isolada não estão cobertos pelo Bônus e deverão ser arcados, caso aplicável, pelo produtor selecionado.

Atendidos os passos acima, o Produtor recebe a “Declaração de Requalificação Comercial”. A Declaração de Requalificação Comercial possibilita a venda de animais imediatamente e terá validade de um ano, que poderá ser renovado por mais um ano (dois anos máximo). Após a fase de Requalificação Comercial, o produtor deverá seguir com o imóvel para os procedimentos de Regularização Ambiental que incluem a conclusão de análises do CAR junto a SEMAS e a sequência com o Plano de Recuperação Ambiental – PRA.

4. ATIVIDADES E PRODUTOS RELACIONADOS

4.1. Atividades a serem realizadas

Nesse item serão descritas todas as atividades consideradas essenciais para a elaboração dos produtos. As atividades serão acompanhadas pela equipe técnica da SEMAS, devendo qualquer alteração ser previamente acordada entre as partes.

Para que haja o alinhamento necessários sobre expectativas, prazos, formas de atuação e avaliação de insumos, deverá ser realizada em até 3 dias úteis, após a assinatura do contrato, uma reunião entre a empresa contratada e a SEMAS, com o objetivo de realizar rodada de nivelamento e subsídio para o plano de trabalho detalhado, visando a entrega dos produtos previstos contratualmente. Esta reunião consta como a ATIVIDADE 1 e ocorrerá nas dependências da SEMAS, em Belém, devendo ser registrada em ata.

Definida a data em que começarão a contar os prazos contratuais, o FUNBIO emitirá o “Termo de Autorização para Início de Serviço”, e nesta ocasião, a SEMAS oferecerá dados e informações à empresa contratada para a realização das atividades.

A seguir são listadas as atividades previstas, com sua descrição e prazo para realização a contar do prazo de assinatura do contrato:

ATIVIDADE 1 – APRESENTAÇÃO INICIAL E ALINHAMENTO

- Realização de reunião para apresentação da estratégia do Governo, com foco na Requalificação Comercial e no Bônus “Desbloqueia Já”.
- Apresentação, pela SEMAS, da região prioritária no Pará – Tuerê – onde se encontra a maior concentração de beneficiários do programa.
- Alinhamento entre a SEMAS e a empresa contratada para o detalhamento do Plano de Trabalho.
- **Prazo de estimado de execução:** 3 dias
- **Prazo para conclusão da atividade:** Três (03) dias após assinatura do contrato

ATIVIDADE 2 – ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO (PRÉVIO)

- Realização de reunião para análise conjunta do Plano de Trabalho em sua versão preliminar a ser apresentada pela empresa contratada.
- **Prazo de estimado de execução:** 4 dias
- **Prazo para conclusão da atividade:** Sete (07) dias após assinatura do contrato

ATIVIDADE 3 – ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO CONSOLIDADO

- Entrega do Plano de Trabalho consolidado pela empresa contratada, com base nas deliberações da reunião anterior.

- **Prazo de estimado de execução:** 3 dias
- **Prazo para conclusão da atividade:** Dez (10) dias após assinatura do contrato

ATIVIDADE 4 – ESTRUTURAÇÃO DE AÇÕES E ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

- Elaboração de plano de ações pela empresa contratada, envolvendo estratégias de deslocamento e logística para frentes de trabalho simultâneas.
- Organização do deslocamento de materiais para isolamento de áreas.
- Definição, junto à SEMAS, das estratégias de mobilização dos produtores.
- Preparação de materiais didáticos (ex: apresentações em PPT) com orientações sobre o processo de requalificação, fluxos e recepção de documentação.
- Estabelecimento de datas e locais para a realização das forças-tarefas de mobilização.
- **Prazo de estimado de execução:** 7 dias
- **Prazo para conclusão da atividade:** Dezesete (17) dias após assinatura do contrato

ATIVIDADE 5 – APROVAÇÃO DA ATIVIDADE 4 PELA SEMAS

- Avaliação e aprovação, pela SEMAS, das estratégias e materiais entregues na atividade anterior (Atividade 4).
- **Prazo de estimado de execução:** 3 dias
- **Prazo para conclusão da atividade:** Vinte (20) dias após assinatura do contrato

ATIVIDADE 6 – EXECUÇÃO DE AÇÕES DE CAMPO E FORÇAS-TAREFAS

- Início das ações de campo para adesão dos produtores conforme planejamento aprovado pela SEMAS.
- Realização das Forças-Tarefas, com participação da SEMAS e da empresa contratada.
- **Prazo de estimado de execução:** 40 dias
- **Prazo para conclusão da atividade:** Sessenta (60) dias após assinatura do contrato

ATIVIDADE 7 – EXECUÇÃO DE LAUDOS E INSCRIÇÃO DE IMÓVEIS

- Realização de laudos e inscrição dos imóveis na plataforma de requalificação comercial.
- Execução de isolamento das áreas identificadas via PRODES, com registros fotográficos.
- Emissão da **Declaração de Legalidade Comercial (DLC)**.
- **Prazo de estimado de execução:** 40 dias
- **Prazo para conclusão da atividade:** Cem dias (100) dias após assinatura do contrato

ATIVIDADE 8 – RELATÓRIOS FINAIS, DLCS E RECOMENDAÇÕES

- Consolidação dos laudos e documentação.
- Inscrição dos imóveis e emissão das Declarações de Legalidade Comercial (DLCs).
- Levantamento da somatória de áreas destinadas à Restauração Florestal ou Produção Sustentável (como SAFs).

- Indicação das localizações dos imóveis requalificados.
- Elaboração de relatório com **lições aprendidas** e **recomendações** para expansão da requalificação.
- **Prazo de estimado de execução:** 40 dias
- **Prazo para conclusão da atividade:** Cento e quarenta (140) dias após assinatura do contrato.

4.2. Produtos a serem entregues

Conforme descrito anteriormente, a proposta visa beneficiar 100 imóveis rurais da agricultura familiar e/ou pequenos produtores em Lotes de Assentamentos da Reforma Agrária com o Bônus Desbloqueia Já. Para atingir tal objetivo, o quadro a seguir apresenta os produtos que serão contratados:

Quadro 1: Descrição dos produtos contratados.

Produtos	Descrição
Produto 1	<p><u>Plano de Trabalho</u>: deverá conter as atividades a serem realizadas pela empresa de acordo com as atividades descritas na atividade 3, como a metodologia a ser utilizada, estratégias operacionais, descrição da logística de atendimento no campo com cronograma de atividades e equipe envolvida. A empresa deverá, com base na apresentação da SEMAS na Atividade 1, estimar e definir a quantidade de dias de trabalho de campo e a estrutura necessária para execução das ações da Atividade 4 deste documento. Somado a isso, a quantidade de profissionais na equipe e demais insumos e produtividade diária.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A estrutura do documento a ser apresentado deve conter, no mínimo, Introdução/Apresentação, Justificativa, Objetivos Geral e Específicos, descrição das Metodologias propostas e que serão aplicadas e Resultados Esperados, além do cronograma de execução.
Produto 2	Relatório de campo sobre as adesões à Requalificação e Recepção de Bônus pelos produtores indicados pela SEMAS e outros: Dados registrados junto às mobilizações lideradas pela SEMAS, em trabalhos de campo como reuniões e oficinas (quantidade de idas a campo e reuniões estimadas pela empresa de acordo com o que versa este documento) e relação de adesões de produtores ao “Bônus Desbloqueia Já” conforme orientações e localidades de possíveis beneficiários a ser disponibilizada pela SEMAS para o Assentamento Tuerê.
Produto 3	Primeiro Relatório de lotes trabalhados (de 30 a 40 propriedades), que seguiram para a Plataforma de Requalificação, devidamente formalizado com os respectivos termos de compromisso do produtor e isolamentos, devidamente registrados com fotos na Plataforma Habilitada.
Produto 4	Segundo Relatório de lotes concluídos (de 30 a 40 propriedades), com registro das adesões de Produtores ao “Bônus Desbloqueia Já”. Documentos de Compromisso de o produtor seguir até a Regularização Ambiental e outros documentos exigidos, e os respectivos isolamentos devidamente registrados com fotos na Plataforma Habilitada.
Produto 5	Terceiro Relatório de lotes concluídos (de até 30 propriedades), com registro das adesões de Produtores ao “Bônus Desbloqueia Já e seguindo para Plataforma de Requalificação, devidamente comprovadas via apresentação dos Documentos

	de Compromisso de o produtor seguir até a Regularização Ambiental e, respectivos isolamentos devidamente registrados com fotos na Plataforma Habilitada.
Produto 06	Relatório Final Consolidado: consolidação dos laudos e a documentação da execução; deve apresentar a relação das DLCs emitidas; a somatória das áreas isoladas destinadas à restauração florestal e/ou produção sustentável (ex.: SAFs); e a indicação das localizações de todos os imóveis requalificados, incluindo Lições Aprendidas e Recomendações para escala.

O prazo máximo para a execução dos serviços pela CONTRATADA é de 140 dias, a partir da data de assinatura do contrato. Os prazos de entrega dos produtos e percentual de pagamento referente a cada entrega estão descritos no quadro a seguir. A forma de remuneração dos serviços é por preço global, sendo que o desembolso será efetuado após a apresentação e aprovação dos produtos relacionados a serem pagos.

Havendo necessidades de ajustes, a CONTRATADA deverá atender às recomendações solicitadas para o aprimoramento e a melhoria do produto num prazo máximo de até 10 dias úteis, a depender da complexidade do produto, após o recebimento das recomendações solicitadas.

Quadro 2: Cronograma de entrega dos produtos e percentual de pagamento referente a cada um deles sobre o valor global da proposta.

Entregas	Prazos para entregas	Atividades correlacionadas	Pagamentos
Produto 1	10 dias após assinatura do contrato	Atividades 1, 2 e 3	5%
Produto 2	65 dias após assinatura do contrato	Atividades 4, 5 e 6	15%
Produto 3	80 dias após assinatura do contrato	Atividades 6 e 7	20%
Produto 4	110 dias após assinatura do contrato	Atividades 6 e 7	20%
Produto 5	140 dias após a assinatura do contrato	Atividades 6 e 7	20%
Produto 6	140 dias após a assinatura do contrato	Atividade 8	20%

4.3. Apresentação, aprovação e pagamento dos produtos

Os produtos deverão entregues em formato digital (por e-mail e quando necessário por meio de drive ou outra aplicação digital), em português e nos formatos .docx/.pdf e .ppt, de acordo com o material.

Caso sejam realizadas gravações das atividades, essas deverão ser encaminhadas por transferência remota ou salvas em local de armazenamento para envio por correio (de acordo com a solicitação).

Todas as entregas serão avaliadas pela equipe técnica da SEMAS, com o apoio da Gerência do FAO e do FUNBIO em **até 10 (dez dias) úteis** após o envio.

A equipe técnica de avaliação poderá solicitar ajustes e retificações nos produtos sempre que julgar necessário. A contratada deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO, em meio digital, por e-mail, devidamente aprovados pela equipe técnica da SEMAS. O pagamento será feito em **até dez dias úteis**, contados a partir do recebimento, no FUNBIO, do documento de cobrança (nota fiscal/fatura) e do Termo de Recebimento e Aceite – TRA (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

Quaisquer modificações no escopo ou prazo de entrega deverão ser previamente aprovadas pela equipe técnica da SEMAS, pela Gerência do FAO, e passar pela anuência do FUNBIO enquanto contratante.

4.4. Insumos necessários, responsabilidades e premissas

Caberá à Contratada:

- Utilizar sua própria equipe técnica, material e local de trabalho, fornecendo os insumos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços descritos, tais como computadores, equipamento GNSS, *softwares* de SIG, serviço de armazenamento e compartilhamento em nuvem, sistema de videoconferência e suíte de escritório;
- Custear as despesas relacionadas a honorários, encargos sociais e trabalhistas de sua equipe;
- Custear as despesas de sua equipe nas atividades presenciais tais como reuniões e atividades de campo, incluindo custos relacionados a deslocamento de ida e retorno (passagens, veículos, combustível), hospedagem, alimentação e outros;
- Custear as despesas de diagramação e impressão de documentos, tais como mapas, textos, relatórios, etc.;
- Elaborar atas de todas as reuniões realizadas, com as suas respectivas decisões e encaminhamentos;
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto do contrato em que a equipe da SEMAS verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços, obedecendo aos prazos estipulados em cronograma constante no Plano de Trabalho e a vigência contratual.
- Executar os serviços conforme especificações, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas em sua proposta de forma a atender a execução plena e satisfatória dentro das especificações das normas técnicas, legislação e desta contratação PJ.
- Assumir integral responsabilidade pelo cumprimento das cláusulas e condições contratuais, assim como pela execução plena e satisfatória dos serviços, com estrita observância das especificações, nos termos da legislação vigente, respondendo perante a SEMAS e a terceiros pela cobertura dos riscos de acidentes de trabalho de seus empregados, prepostos ou contratados, bem como todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos serviços.
- Fornecer os equipamentos e materiais indispensáveis à realização dos serviços objeto desta Especificação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pelo seu transporte para o local de trabalho, por sua conservação e

utilização, não podendo justificar atraso na conclusão dos serviços em virtude de deficiência de tais equipamentos ou materiais.

- O responsável técnico da contratada deverá fornecer cronogramas detalhados das execuções dos trabalhos, inclusive com a posição das equipes de trabalho, previsão de início e término das tarefas para cada atividade, atualizando-os sempre que necessário.
- Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar;
- Notificar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação de serviços;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade,
- Cumprir cada uma das normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho;
- Assegurar durante a execução dos trabalhos a proteção e conservação dos serviços executados;
- Executar no prazo estabelecido o cronograma de atividades.
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da seleção;

Cabará a SEMAS:

- Disponibilizar à Contratada documentação mínima existente que possam contribuir com a elaboração dos trabalhos inerentes a esta Especificação Técnica;
- Examinar e avaliar os materiais apresentados pela Contratada, a fim de deliberar pela aprovação ou rejeição nula, parcial ou integral destes, baseando-se nas especificações e, nas cláusulas contratuais e/ou no Plano de Trabalho aprovado;
- Apoiar a Contratada no desenvolvimento das atividades pactuadas que dependam desse apoio;
- Custear as despesas de sua equipe nas atividades presenciais tais como reuniões e atividades de campo, incluindo custos relacionados a deslocamento de ida e retorno (passagens, veículos, combustível), hospedagem, alimentação e outros;
- Emitir manifestação formal em relação aos produtos previstos na execução do contrato;
- Fiscalizar e exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

Caberá ao FUNBIO:

- Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados caso sejam confirmadas irregularidades na execução contratual;
- Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- Custear as despesas de sua equipe nas atividades presenciais tais como reuniões e atividades de campo, incluindo custos relacionados a deslocamento de ida e retorno (passagens, veículos, combustível), hospedagem, alimentação e outros.

Premissas para a realização dos trabalhos

Dentre as premissas para elaboração trabalhos inerentes à presente Especificação, destacamos:

- Os trabalhos devem ser desenvolvidos em conformidade com o disposto nesta especificação e na legislação vigente;
- Importante que a equipe contratada esteja atenta as características das comunidades locais e demais moradores da região;
- Poderão ser realizadas reuniões (virtuais) entre a contratada e a contratante a fim de sanar dúvidas e alinhar entendimentos;
- Para aplicação das marcas nos produtos a serem apresentados, deverá ser verificada a orientação da Assessoria de Comunicação da SEMAS e FUNBIO;
- Todos os produtos previstos nesta Especificação serão revisados pela equipe do SEMAS e deverão ser corrigidos pela empresa contratada até a que a equipe da SEMAS os aprobe.

5. HABILITAÇÃO TÉCNICA

Para fins de Habilitação Técnica da empresa a proponente, esta deverá apresentar experiência profissional nos itens especificados a seguir:

- Experiência comprovada, de no mínimo três anos, de atuação com georreferenciamento de imóveis rurais;
- Experiência comprovada, de no mínimo três anos, de atuação com Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- Experiência comprovada, de no mínimo três anos, de atuação em Assentamentos da Reforma Agrária;
- Experiência comprovada de atuação com Requalificação Comercial;
- Experiência comprovada, de no mínimo três anos de atuação, em regularização ambiental em estados da Amazônia Legal.

A comprovação da experiência da proponente será feita por meio de apresentação de “Portfólio de experiência da empresa proponente” que deve incluir:

- a) Declaração de regularização fiscal e trabalhista;
- b) Comprovação de que a empresa proponente possui em seu quadro técnico responsável habilitado tecnicamente em situação regular junto à entidade profissional competente;

- c) Atestados de Capacidade Técnica para a comprovação das experiências, fornecido por pessoas jurídicas de direito público e privado, declarando ter prestado serviços compatíveis e pertinentes com o objeto de seleção.

A proponente deverá possuir equipe composta pelo menos com os seguintes profissionais especializados, com formação acadêmica compatível enquadrados nos perfis apresentados a seguir.

- Profissional de Georreferenciamento com experiência mínima de três anos - Formação em nível superior em uma das áreas a seguir: Cartografia, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Agronomia, ou áreas afins devidamente registrado no Conselho de Classe;
- Auxiliar de Campo com experiência mínima de um ano - Formação em nível superior ou técnico em área correlata devidamente registrado no Conselho de Classe.

A equipe executora deve ser composta, no mínimo, por um coordenador e três profissionais com experiência comprovada nos assuntos objetos deste documento. A empresa contratada deverá apresentar na “Proposta Técnica” a relação de atividades que estarão sob responsabilidade dos profissionais apresentados na equipe executora e o cronograma proposto para a realização das atividades.

A comprovação da experiência da equipe executora será feita por meio de apresentação de “Currículo da equipe executora” que deve incluir:

- a) Apresentação de cópia do diploma ou certificado de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação;
- b) Atestados de Capacidade Técnica (declaração, contrato ou certidão), fornecido por pessoas jurídicas de direito público e privado, declarando ter prestado serviços compatíveis e pertinentes com o objeto de seleção.

6. PROPOSTA COMERCIAL

Na proposta comercial deverão ser apresentadas obrigatoriamente planilhas descritivas dos custos, contendo o seguinte detalhamento:

- a) Remuneração dos profissionais, técnicos e mão de obra geral;
- b) Deslocamento e Viagens: despesas envolvidas por item, especificação, quantidade, valor unitário e valor total;
- c) Materiais necessários para a cerca de isolamento das áreas objeto desta proposta;
- d) Material de consumo: item, quantidade, valor unitário e valor total: especificação, quantidade, valor unitário e valor total;
- e) Outros Custos Diretos (para o período do contrato): despesas envolvidas por item, quantidade, número de meses, valor unitário e valor total;
- f) Despesas administrativas: especificar cada item que o compõe e valor;
- g) Impostos e tributos: somatório de alíquotas e valor total;
- h) Lucro: percentual, valor;
- i) Custo total da proposta: síntese dos custos de cada planilha descritiva.

A empresa proponente poderá incluir outros componentes/itens nas planilhas acima, bem como inserir outras planilhas, se julgar pertinente.

Não poderá ser apresentada compra de equipamentos para realização dos serviços técnicos da proponente, pois estes são considerados materiais permanentes da proponente. A empresa proponente deverá apresentar em anexo a proposta comercial o quadro demonstrativo de aparelhos e equipamentos de sua propriedade que serão utilizados para a realização das atividades do objeto contrato, indicando o modelo e estado de conservação.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Para selecionar a empresa proponente que executará as atividades objeto do contrato serão usados os seguintes critérios de avaliação:

- Atendimento aos requisitos do item HABILITAÇÃO TÉCNICA;
- Aderência do CRONOGRAMA aos prazos apresentados nesta Especificação Técnica;
- Menor preço apresentado na PROPOSTA COMERCIAL.

8. PRAZO E FORMAS DE SUBMISSÃO

As empresas (ou consórcios de empresas) interessadas em apresentar proposta devem enviar Proposta Técnica contendo a seguinte documentação:

- 1) Portfolio de experiência da empresa proponente
- 2) Currículo da equipe executora
- 3) Relação de atividade propostas evidenciando os profissionais responsáveis
- 4) Cronograma para realização das atividades propostas
- 5) Proposta comercial

9. SUPERVISÃO

A orientação e supervisão direta da execução dos serviços objetos desta proposta ficarão a cargo da Gerência do FAO e da SEMAS através da Diretoria de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais – DIMUC.